



POSSIBILIDADES PARA UMA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DIALÓGICA EM PLANOS DE COMPENSAÇÃO

Msc. Davi Henrique Xavier Branco Carioni RODRIGUES
PPG-Oceanografia/UERJ e ONG Germinal Terra, Trabalho e Educação
+55 21 991176993 | davi.carioni@gmail.com

Fellipe Redó Garcia LEITE
PPG-Tecnologia para o Desenvolvimento Social/NIDES/UFRJ
+55 21 993830987 | felliperedo@gmail.com

Prof. Dr. Ricardo Ferreira de MELLO
PPG-Tecnologia para o Desenvolvimento Social/NIDES/UFRJ
+55 21 987137413 | Rmello@poli.ufrj.br

Palavras-chave: Extensão; Dialogicidade; Pesca Artesanal; Construção Naval; Compensação ambiental

1. INTRODUÇÃO

Embora esteja presente em documentos oficiais do Ministério da Educação e seja tratada, no discurso recorrente no meio acadêmico brasileiro, como uma das funções precípuas da universidade, as iniciativas no amplo campo da extensão universitária podem assumir papéis bastantes distintos entre si. Isso deriva dessas iniciativas estarem condicionadas a diferentes concepções e práticas que estão, por sua vez, relacionadas aos objetivos pretendidos, à forma de atuação, aos métodos de trabalho, entre outros fatores.

De acordo com Addor e Lianza (2015), a extensão universitária remete a sair do castelo de marfim onde se arvora comumente de habitar a comunidade científica e promover a integração efetiva

entre a universidade e a comunidade, por meio de ações que contribuam para a formação de cidadãos críticos e para o desenvolvimento social. As atividades a serem desenvolvidas nesse bojo – sejam estas de caráter educativo, cultural, ambiental, científico – pressupõem que sua realização se dê de forma participativa, por meio do exercício permanente da dialogicidade, visando a troca de saberes e experiências voltadas ao bem-estar coletivo e à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Dotado dessa perspectiva, o Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social – NIDES foi formalmente instituído em 2013, como unidade integrante do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Vale ressaltar o fato de que, à época, alguns setores internos à Universidade indagaram o porquê da (ou mesmo se colocaram contrários à) criação do Núcleo, já que, de acordo com uma percepção estreita,

professores, técnicos, estudantes da chamada “área das exatas” pouco teriam a agregar em práticas voltadas ao desenvolvimento social.

Isso evidencia desconhecimento sobre a natureza, os alcances, as potencialidades, os desafios, os resultados da ação extensionista praticada sob uma perspectiva interdisciplinar e que ultrapasse fronteiras delimitadoras do pensamento e das ações a serem desenvolvidas. O NIDES foi constituído exatamente tendo a interdisciplinaridade como forma de organização e atuação nos territórios e não se percebe em sua trajetória características que o associam ao que se chamaria como prestação de serviços.

De acordo com os pressupostos metodológicos presentes em uma série de programas e projetos desenvolvidos pelo, e/ou em parceria, com o Núcleo, a mobilização em especial de princípios e ferramentas constituintes da metodologia da pesquisa-ação (apresentada na próxima seção) é estruturante para que se possa aproximar autores (pesquisadores) e atores locais, promovendo a troca de saberes e experiências, na perspectiva da criação de uma visão compartilhada dos objetivos a cumprir e dos resultados a alcançar.

Há nas universidades – e é de conhecimento geral – uma série de desafios em termos de infra estrutura, recursos humanos, financeiros que tornam a prática extensionista ainda mais complicada, na medida em que isso vem a se somar a uma característica marcante da extensão, que é a de trabalhar com grupos de atores e sujeitos locais invariavelmente invisibilizados e vulneráveis socioeconomicamente. A relação que se estabelece com os grupos locais, muitas vezes identificada como de “assessoria”, mais horizontalmente podendo ser chamada de “parceria”, acaba incidindo sobre a busca por editais e outros financiamentos em suporte à própria ação, o

que embute sem dúvida elementos importantes, como o aumento da autonomia e o ato de assumir maiores responsabilidades, tendo porém a contrapartida desagradável de fazer não se pensar sobre o trabalho, sobre as relações possíveis a serem estabelecidas; e mesmo sobre a viabilidade econômica e os problemas do empreendimento para a qual se pensa, por vezes, que escrever (e ter aprovado, evidentemente) um projeto irá resolver.

Assim, não obstante os desafios colocados, a extensão universitária é um direito do cidadão e um caminho efetivo de se promover mudanças significativas, melhorando a qualidade de vida das pessoas, entendidas não somente como os beneficiários da ação, mas todo o conjunto de envolvidos na mesma. Trata-se de, por vezes, ir ao território; por vezes trazer atores sociais dos territórios de atuação para dentro da Universidade.

Nas duas experiências relacionadas ao NIDES enfocadas no presente trabalho, quais sejam, a assessoria promovida pelo programa PAPESCA (Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal) ao Conselho da Reserva Extrativista de Itaipu por conta do Plano de Compensação Ambiental do Gasoduto Rota 3; e a participação no projeto Estaleiro Escola, a partir do Programa Tecnologia Social e Ciências do Mar, estão presentes os principais componentes metodológicos que reputamos como essenciais para a realização das ações de extensão dotados da perspectiva apresentada nesta introdução e passamos então a destacá-los na seção seguinte.

2. METODOLOGIA

Os estudos de caso que serão apresentados possuem em comum uma atuação junto a atores sociais historicamente marginalizados e invisibilizados pelas

políticas públicas e pelo projeto de desenvolvimento capitalista: pescadores artesanais e os jovens de suas comunidades.

A metodologia escolhida por ambos os projetos reconhece que as pressões sociais, econômicas e ambientais produzidas pelo desenvolvimento capitalista colocam o modo de vida tradicional existente nas comunidades de pescadores artesanais em grande vulnerabilidade.

Nesse sentido, ambos os projetos buscam se orientar por uma premissa educativa que se pautar por uma prática da liberdade e que garanta a dialogicidade, autonomia e empoderamento social dos participantes na própria ação pedagógica

A dialogicidade pressupõe que não há cabeças ocas de conhecimento, não há cabeças que servem de depósitos de técnicas, que é necessário reconhecer que ninguém sabe tudo e que ninguém ignora tudo e que uma atitude inquieta, indócil e impaciente deve ser estimulada para que os seres humanos possam ser os sujeitos da mudança. De acordo com Paulo Freire:

ser dialógico é [...] vivenciar o diálogo [...] é empenhar-se na transformação constante da realidade. [...] O diálogo é o encontro amoroso dos homens. (FREIRE, 1984: 28)

Por autonomia, entende-se, conforme destaca Araujo (2009) a busca por uma democracia radical na qual dialeticamente se estabelece que a autonomia individual só será alcançada quando a desejarmos para outros sujeitos, quando a praticarmos em conjunto e solidariamente com outros sujeitos. Dessa forma a autonomia traria para a sociedade uma exigência de distribuição de poder concreto para decidir sobre assuntos importantes para todas as esferas da vida.

Para Freire (1996), a busca por autonomia faz parte da tomada de consciência sobre o

inacabamento da vida, um processo fundamentalmente humano e no qual a existência se move por escolhas, comparações e decisões.

A busca pela autonomia, a tomada de consciência sobre o inacabamento da vida e sobre os condicionamentos sociais e históricos levam a construção de um empoderamento emancipatório definido por Paulo Freire como empoderamento social (SHOR; FREIRE, 1986). Esse empoderamento envolve:

a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz do [empoderamento] muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta. (SHOR; FREIRE, 1986:72)

Tendo como base esses referenciais, as experiências relatadas nesse artigo utilizaram métodos de pesquisa e de ensino vinculadas ao campo da pesquisa participativa e da pesquisa-ação. Essas abordagens primam por estratégias de produção de conhecimento e transformação da realidade onde o diálogo é estimulado a partir de instrumentos que convidam todos os participantes para fala e para a escuta atenta, para troca de saberes e construção do novo. Nas palavras de Michel Thiollent a pesquisa-ação pode ser definida como:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. (THIOLLENT, 1986:14)

Através da pesquisa participativa e da pesquisa-ação busca-se suprimir a relação entre sujeito e objeto na medida em que o pesquisador buscaria implicar-se na realidade estudada e o ator social buscaria empoderar-se para poder agir como pesquisador (LIANZA *et al.* 2015). Essa característica é fundamental para promover a construção de autonomia entre os sujeitos envolvidos na prática educativa e, ao mesmo tempo, entende-se que ela amplia o repertório dos movimentos sociais em relação à criação de estratégias para o enfrentamento e libertação dos sistemas de opressão e dominação socioambientais.

Na experiência de assessoria aos pescadores artesanais da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu sobre o licenciamento ambiental, os métodos utilizados incluíram: participação junto com os pescadores das atividades relacionadas ao Plano de Compensação; rodas de conversa para reflexão e avaliação coletiva; e preparação e realização de intervenções coletivas; escritas conjuntas e relatórios analíticos devolutivos.

Na experiência do Estaleiro Escola foram utilizados métodos como aulas teórico-práticas, rodas de conversa para monitoramento e avaliação, atividades de campo em estaleiros tradicionais, barco-escola e Colônias de Pesca. A troca de saberes foi fomentada através da atuação conjunta de engenheiros navais e mestres carpinteiros tradicionais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

a- Plano de Compensação Ambiental do Gasoduto Rota 3

Empresas que desejam realizar atividades industriais com elevado potencial poluidor são obrigadas a obter uma licença ambiental. O licenciamento ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n.

6.938/1981) e pode ser realizado pela União, Estados ou Municípios.

As licenças ambientais são emitidas após a realização de um processo que envolve: requerimento formal pela licença, realização de estudos prévios e audiências públicas, nas quais a população e outras partes interessadas são consultadas, emissão de licenças (prévia, construção e operação).

A compensação ambiental faz parte do licenciamento como um instrumento financeiro que busca compensar a sociedade e a natureza como um todo por um impacto ambiental causado pelo uso autorizado dos recursos naturais. Os recursos da compensação são estabelecidos a partir de critérios técnicos e das características do empreendimento. Os recursos gerados pela compensação ambiental devem ser aplicados na manutenção e fortalecimento de unidades de conservação.

A compensação ambiental também é utilizada como instrumento no licenciamento quando está previsto, seja na construção ou operação de um empreendimento, um impacto ambiental que produz um dano irreversível sobre comunidades tradicionais. No setor de petróleo e gás, em virtude da criação de áreas de exclusão à pesca e outros impactos, são previstos Planos de Compensação à Atividade Pesqueira (PCAP).

O PCAP é embasado na Política Nacional de Educação Ambiental e tem como estratégia metodológica desenvolver projetos locais voltados ao fortalecimento da atividade de pesca artesanal e ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.

O Gasoduto Rota 3 é um empreendimento da Petrobras voltado para o escoamento de gás natural produzido no Pré-Sal na Bacia de Santos e cujo destino é o COMPERJ. Este projeto foi orçado em aproximadamente 2 bilhões de reais.

O licenciamento ambiental do Rota 3 se iniciou em 2011, sendo competência do IBAMA. Em 2013 foi protocolado o Estudo de Impacto

Ambiental, em 2014 foi realizada a Audiência Pública no município de Maricá, em 2015 foi emitida a A Licença Prévia ‘LP 516/15’ e em 2016 foi emitida a Licença de Instalação ‘LI 1.123/16’.

Diante do diagnóstico da ocorrência de impactos irreversíveis sobre comunidades pesqueiras artesanais, foi incluído, a partir de solicitação do IBAMA e do Ministério Público, a previsão para realização de um Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP).

O PCAP previu que os projetos de compensação contemplem prioritariamente, os pescadores que utilizam embarcações de baixa mobilidade, por serem os agentes com efetivo potencial de sofrerem a interferência da atividade de instalação do duto, uma vez que a dificuldade de deslocamento minimiza suas condições de flexibilização da atividade frente às restrições de área de pesca à época da instalação.

A PAPESCA que a época realiza atividades de extensão junto aos pescadores artesanais da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu foi convidada por alguns de seus representantes, aglutinados na Associação de Pescadores Livres de Itaipu (ALPAPI), para os acompanharem em uma reunião na qual seria apresentado PCAP para todos os representantes dos pescadores de Niterói que seriam impactados e, constatada conseguinte, contemplados por um PCAP.

A participação da PAPESCA na reunião foi orientada por uma atitude de escuta e de sistematização. O encontro foi marcado por discussões políticas relacionadas à legitimidade da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu. Representantes da Colônia de Pescadores de Itaipu e da Federação das Colônias de Pescadores, aproveitaram a ocasião para deslegitimar os pescadores que estavam ali representantes da ALPAPI e defensores da RESEX.

O debate acalorado, tinha como pano de fundo disputas históricas relacionadas à representatividade de duas organizações sociais

da pesca artesanal de Itaipu. Há, na realização de um PCAP, uma orientação para que não se privilegie nenhuma entidade em relação a outra e que o processo de organização dos projetos locais se dê a partir da comunidade de um modo amplo. Contudo, não estava presente nenhum representante legal da RESEX Mar de Itaipu, e a ausência dessa representação expôs e fragilizou a posição de uma parte da comunidade de Itaipu.

O debate foi contornado pela consultora, prestadora de serviço terceirizada da Petrobras, responsável por conduzir a atividade. A reunião foi concluída com a apresentação de uma agenda de reuniões envolvendo as comunidades que seriam contempladas pelo PCAP.

A PAPESCA, diante dos acontecimentos, apresentou aos pescadores artesanais de Itaipu, um conjunto de propostas de debate através de um relatório analítico. As propostas foram encaminhadas através de uma reunião em que, ponto a ponto, estratégias e atribuições de responsabilidades foram sendo desenhadas coletivamente. Destacam-se:

- Mobilização comunitária dos pescadores de Itaipu e de Piratininga, estes inicialmente não incluídos na Compensação, para fortalecer a participação social e o encaminhamento de demandas legítimas dos pescadores e pescadoras artesanais;
 - Mobilização foi realizada e a 1ª Reunião comunitária contou com um grande quórum. Cabe ressaltar que é uma atribuição do empreendedor, através da consultoria contratada, realizar a mobilização. Contudo, a atuação da PAPESCA em parceria com os pescadores artesanais, possibilitou a ampliação do convite a atores e atrizes invisibilizados, como os pescadores de Piratininga e as mulheres que atuam na cadeia produtiva.
- Convite contextualizado ao Chefe da Reserva Extrativista, para participar da 1º Reunião comunitária em Itaipu, e requisição de que fosse apresentada uma demanda de

que o projeto de compensação fosse também apresentado em reunião da RESEX;

- Convite realizado e aceito pelo Chefe da RESEX, que esteve presente na 1ª Reunião. O Chefe da RESEX, nesta reunião, protocolou a demanda para que o PCAP fosse apresentado em reunião da RESEX, o que ocorreu;
- Sugestão de inclusão dos pescadores de Piratininga no PCAP;
 - Sugestão realizada pelos próprios pescadores na 1ª Reunião do PCAP em Itaipu ao empreendedor e respaldada, posteriormente e oficialmente, pela Chefia da RESEX e pelos Conselheiros na reunião em que o PCAP foi apresentado à RESEX;
 - Na reunião da RESEX, com apoio da PAPESCA, foi desenhada uma estratégia para validar a proposta de inclusão dos pescadores de Piratininga. No caso, a FIPERJ, que é uma das entidades que compunham o Conselho da RESEX, ficou responsável por apresentar os dados de pesca dos pescadores de Piratininga, evidenciando que seriam igualmente impactados pelo empreendimento.

b- Estaleiro Escola

“Nós não fazemos barcos. Fazemos pessoas que constroem barcos.” este lema surgido em meio a uma roda de conversa entre alunos e professores foi síntese da proposta do curso, justamente num momento crítico onde pairava uma dúvida em relação ao projeto construtivo de um barco. O plano de corte apresentado no papel não condizia com as dimensões encontradas no corte da madeira. Do impasse surgiu o questionamento: - se formos um estaleiro profissional não será bem-vista a dúvida, mas, se formos uma escola, ela será bem-vinda pois ela mesma trará a possibilidade de algum conhecimento.

O estudo de caso do Estaleiro Escola da Baía de Guanabara, trata-se de uma iniciativa viabilizada por meio do Projeto de Educação Ambiental do FUNBIO, medida compensatória estabelecida

pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa PRIO, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF

O curso é voltado para construção de embarcações artesanais e tem como objetivo contribuir para o ressurgimento da cadeia produtiva e é voltado, prioritariamente, a pescadores, maricultores e caranguejeiros/as dos sete municípios que compõem a Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara. O projeto é gestado a partir de uma parceria entre três instituições: Associação de Pescadores Livres de Tubiacanga (APELT), o movimento socioambiental Baía Viva, e o Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES), órgão suplementar do Centro de Tecnologia da UFRJ.

Assumindo a perspectiva da politécnia através da educação pelo trabalho e da colaboração sociotécnica, esta iniciativa valoriza os conhecimentos tradicionais para a preservação da arte e da ciência da construção naval, mesclando às modernas tecnologias atualmente disponíveis com foco na melhoria do resultado do trabalho junto às comunidades locais.

O curso oferecido com 200 horas práticas e teóricas, formará duas turmas que serão compostas por 30 participantes e terá duração de 5 meses. O curso será realizado por professores da UFRJ, convidados de outras instituições e por carpinteiros navais, os quais se somarão à experiência dos participantes selecionados. Os certificados de conclusão do curso serão emitidos pela UFRJ na modalidade projeto de extensão.

A extensão universitária possibilitou a frequência de novos atores sociais no ambiente universitário, uma vez que as aulas acontecem no Hangar Náutico, equipamento administrado pelo NIDES dentro da Cidade Universitária da UFRJ. As trocas têm sido intensas, sobretudo pelas características locais que o ambiente proporciona. O hangar é posicionado às margens da Baía de Guanabara, local de intenso tráfego de embarcações pesqueiras, o que proporciona um

contato integral entre a prática, a teoria e o território.

Nos intervalos do curso foram realizadas pescarias coletivas e rodas de conversa das diversas modalidades de pesca praticada na Baía de Guanabara entre os alunos cursistas, possibilitando uma experiência dialógica entre professores e alunos.

A equipe de professores formada por acadêmicos egressos das Universidades Federais e mestre construtores artesanais, possibilitou um diálogo entre as múltiplas formas de apreensão do conhecimento. Durante a realização do Projeto pudemos observar o saber tradicional calcado na experiência empírica, mas também no esforço de abstração para estabelecer dimensões como boca, calado, ergonomia e carga transportada. Ao passo que os professores acadêmicos, familiarizados com plano de corte e análises de cálculos complexos, mas surpresos quanto à flexibilidade da madeira e na resistência dos materiais disponíveis.

O resultado possível foi uma síntese entre de mão dupla, onde o mestre carpinteiro naval terminou o curso familiarizado com a leitura de planos de corte e os professores e alunos incorporando ao acervo o método construtivo de uma embarcação que até então só existia de cabeça, do saber fazer.

A maior dificuldade aconteceu em gerir o projeto: no diálogo entre as instituições proponentes e os órgãos reguladores, ao redefinir prioridades no plano de trabalho, na ordenação financeira e recursos humanos. A avaliação dos cursistas, feita de forma individual e coletiva, demonstra o grau de satisfação dos alunos e a correta estratégia do conteúdo apresentado.

Os alunos formandos do curso pleiteiam à UFRJ a criação de uma incubadora de empreendimentos solidários para impactar significativamente na cadeia produtiva da construção naval artesanal e tradicional da pesca na região, trazendo nossos arranjos econômicos e sociais, como a construção de uma embarcação

que seja coletiva entre os pescadores. E a autonomia dos próprios para a correta manutenção de suas embarcações.

c. Análise dos resultados

As atividades de extensão podem seguir diferentes orientações pedagógicas, políticas e metodológicas. De acordo com Gadotti (2017) duas vertentes têm se confrontado historicamente: extensão como assistencialismo e como processo educativo. A partir da análise de Fraga (2017) pode-se acrescentar uma terceira via: prestação de serviço.

No assistencialismo e na prestação de serviço, a Universidade atua, tal como acentua Paulo Freire (1984), a partir de uma invasão cultural, estabelecendo uma relação de poder entre saberes e técnicas e reforçando a ideia de transferência de conhecimento.

O conhecimento sobre a pobreza, sobre as desigualdades e injustiças é hierarquizado entre quem “sabe” e quem “ignora”. As soluções são produzidas a partir de modelos teóricos e reflexões intelectuais restritas aos gabinetes dos professores e seus laboratórios de pesquisa.

As experiências relatadas questionam essa abordagem através de práticas de escuta e de proposições que pressupõe a capacidade de qualquer sujeito transformar a sua própria realidade.

o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julgam não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações (FREIRE, 1984:22)

As experiências relatadas apresentam escolhas conscientes relacionadas com a troca de saberes. No caso da PAPESCA, a solução encontrada foi o compartilhamento, em linguagem acessível, de informações relevantes sobre o processo de licenciamento ambiental. Destaca-se, como

assinalam Toth *et al.* (2012), que o acesso não equitativo a informações reduz a capacidade de participação social da sociedade civil na proposição e monitoramento de políticas públicas que lhe interessam diretamente. Ou seja, a PAPESCA buscou romper com um alijamento dos pescadores artesanais do processo altamente burocrático e tecnocrático relacionado ao licenciamento. Como resultado, os próprios pescadores foram capazes de, através de seus repertórios de ação, agir em prol a luta pela justiça socioambiental relacionada aos gerados pelo gasoduto Rota 3.

Por sua vez, o estaleiro escola, ao abrir a possibilidade de trocas de saberes envolvendo a engenharia naval e a carpintaria naval artesanal, proporcionou o enfrentamento de outra condição limitantes para a participação social em projetos de desenvolvimento socioambiental de acordo com Toth *et al.* (2012): relações de poder desigual envolvendo as diferentes formas de saber. De acordo com os autores, essa hierarquização coloca limites para a expressão de interesses, o que pode levar a uma desmotivação à participação.

Abrir a possibilidade de inclusão de técnicas tradicionais e de um modelo de embarcação tradicional da baía de Guanabara rompe com o padrão de transferência de conhecimento que define um tipo de extensão bancária.

4. CONCLUSÃO

Avalia-se que a participação da PAPESCA através de uma perspectiva dialógica permitiu aos pescadores artesanais compreenderem o processo e os ritos do licenciamento e da compensação e com isso seu repertório de ação se ampliou.

Com base no conhecimento produzido em conjunto com a PAPESCA, os pescadores artesanais de Itaipu conseguiram criar estratégias e mobilizar recursos para resolver o problema criado pelo PCAP: a fragilização da comunidade de pescadores de Piratininga com sua não inclusão como comunidade impactada.

Destaca-se também que a PAPESCA, ao sinalizar que a RESEX era uma parte interessada e muito importante para o processo, contribuiu para o fortalecimento dela em relação ao processo de licenciamento ambiental.

Em âmbito do projeto estaleiro escola, nota-se que a dialogicidade do processo esteve constantemente pautada por iniciativas pedagógicas que buscaram evidenciar aos educandos seu papel como educadores; problematizar a sala de aula como único espaço formativo; reconhecer momentos informais como momentos de formação; realizar atividades de campo nas quais foram vividas novas comunidades de aprendizagem; e valorizar o saber tradicional das construções navais.

A busca pela autonomia fica patente na demanda dos educandos pela organização de uma incubadora para viabilizar um projeto coletivo e solidário de construção de embarcações artesanais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDOR, F. e LIANZA, S. Percursos na extensão universitária: saindo da torre de marfim. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil. 2015

ARAÚJO, Fernanda. Economia solidária e autonomia: uma análise das relações sociais de produção em dois empreendimentos econômicos solidários de beneficiamento de pescado. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) –Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE). Rio de Janeiro: UFRJ. 2009

FRAGA, Lais Silveira. Transferência de conhecimento e suas armadilhas na extensão universitária brasileira. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 22, n. 2, p. 403-419, 2017

FREIRE, P. ¿Extensión o comunicación?: la concientización en el medio rural. (Siglo xxi

editores, Ed.) (13th ed., Vol. 7a). Montevideo, Uruguay. 1984

FREIRE, Paulo. A pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. 25ed. São Paulo : Paz e Terra, 54p. 1996

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. Instituto Paulo Freire, v. 15, n. 1-18, p. 1, 2017.

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe; LOPES, Vera de F. M.; CARVALHO, Vanessa F. M. de; e NEPOMUCENO, V. Saindo do casulo: a história da pesquisa-ação na cadeia produtiva da pesca (PAPESCA/UFRJ). In: ADDOR, Felipe e LIANZA, Sidney (orgs.). Percursos na extensão universitária. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; FAPERJ, pp. 75-96, 2015

SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. Paz e Terra. 1986.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. 2ed. Editora Cortez : São Paulo. 1986

TOTH, Mariann; MERTENS, Frédéric; MAKIUCHI, Maria de Fátima Rodrigues. Novos espaços de participação social no contexto do desenvolvimento sustentável: as contribuições da Educomunicação. Ambiente & Sociedade, v. 15, p. 113-132, 2012.